

A IGAC na imprensa



Título: “Este ano e meio a IGAC mandou bloquear 628 sites piratas ”

Data: 04/02/2017

Fonte: <http://leitor.exameinformatica.pt>

Em julho de 2015, o combate à pirataria passou a contar com um memorando de entendimento inédito: de uma assentada, a secretaria de Estado da Cultura conseguiu juntar as assinaturas de produtores de filmes, vídeos ou software e de operadores de telecomunicações num documento que previa a agilização do bloqueio de sites que promovem a pirataria. Passado quase ano e meio, a Inspeção Geral de Atividades Culturais (IGAC) volta a fazer um balanço: 628 sites piratas foram bloqueados através de mecanismos técnicos aplicados pelos operadores de telecomunicações, no âmbito do memorando antipirataria. O bloqueio não é infalível, mas Luís Silveira Botelho, líder da IGAC, apresenta um segundo número que leva a acreditar nos resultados práticos do memorando: «Terá existido uma redução de, pelo menos, cerca de 60% do número de utilizadores que tentam aceder aos websites alvo de bloqueios».



SILVEIRA BOTELHO «Não temos conhecimento de qualquer recurso judicial desde que o memorando está em vigor»

A IGAC na imprensa



Com o Memorando, os operadores passaram a bloquear todos os sites piratas que o Movimento Cívico de Antipirataria na Internet (MAPI.NET) identifica e encaminha para a IGAC para a devida confirmação de ilegalidade e envio de notificações aos operadores e gestores dos endereços. Apenas podem ser bloqueados os sites cujos repositórios são compostos por dois terços de cópias ilegais e/ou que tenham mais de 500 ficheiros piratas. Apesar de tornar expedito o bloqueio (que antes era determinado por um juiz), o memorando não invalida o recurso à justiça. No ano e meio que leva de aplicação, o mecanismo de bloqueio chegou a gerar algumas polémicas relacionadas com o bloqueio de um endereço que publicava capas de jornais diários, e de um site que publicava links de vídeos do YouTube, mas na IGAC não há registo de recurso aos tribunais por parte dos gestores dos sites piratas.

«Considerando que a avaliação formulada permite, com precisão, identificar a disponibilização de obras protegidas, nestes sítios da internet, totalmente à margem de qualquer tipo de autorização dos titulares de direitos, até ao momento apenas existiram, muito pontualmente, alguns pedidos de informação, eminentemente associados ao procedimento. Não temos conhecimento de qualquer recurso judicial desde que o memorando está em vigor», informa Luís Silveira Botelho, num e-mail de resposta a questões da Exame Informática.



PAULO SANTOS «Nos últimos dois anos, houve um aumento sucessivo nos ingressos vendidos pela bilheteira de cinema. Nas plataformas de vídeo, pedido legais, também se nota um aumento da procura»

Foto DR

Em contrapartida, todos os bloqueios têm sido seguidos de queixas apresentadas no Ministério Público. Luís Silveira Botelho recorda que as queixas apresentadas junto das autoridades estão previstas na Lei do Comércio Eletrónico e também Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos: «Não se trata assim de fazer maior ou menor sentido, mas sim de uma obrigação legal, mediante a qual a participação ao Ministério Público é obrigatória, sempre que existam indícios da prática de ilícito criminal, o que vale para qualquer outro tipo de ilícito com tutela penal».

Memorando inédito

Historicamente, o bloqueio de sites piratas costumava ser encarado com renitência por operadores de telecomunicações que cobravam pelo tráfego internacional e tinham uma mensagem publicitária associada à liberdade de download. Passados mais de 10 anos sobre lançamento dos primeiros sites piratas especializados no mercado nacional, os operadores encaram o bloqueio de forma diferente, garante Luís Silveira Botelho. «De evidenciar que tem existido por parte de todos os operadores uma excelente receptividade e cooperação neste domínio», enaltece o responsável da IGAC.

A IGAC na imprensa

Mesmo tendo sido assinado por um grande número de entidades e associações, o Memorando não se livrou das vozes críticas. Na sequência de um erro que levou ao bloqueio de um site de videojogos pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (que à semelhança da IGAC pode ordenar, de forma expedita, o bloqueio de sites de jogo), o Bloco de Esquerda classificou o Memorando como um mecanismo que potencia a «censura indiscriminada». No Parlamento, a bancada bloquista instou mesmo o Governo a suspender os mecanismos que agilizam o bloqueio de sites ilegais: «O Bloco de Esquerda não aceita a leitura demagógica que confunde partilha com pirataria e alertou na altura que um mecanismo deste tipo rapidamente seria utilizado para controlo abusivo de mercado, ou mesmo atos de censura».

Silveira Botelho refuta qualquer ato censura velado no Memorando Antipirataria: «Em relação às putativas ameaças de liberdade de expressão e de informação discordo totalmente e lembro que estamos a falar da disponibilização e exploração, por parte de terceiros, de obras protegidas de legítimos titulares de direitos que têm o direito exclusivo de preservar e decidir o vínculo moral e patrimonial das respetivas obras, à margem de qualquer tipo de autorização, o que nos termos da lei configura um crime de usurpação».

Concorrência desleal?

O bloqueio de sites tem por base a aplicação de filtros que, mediante o número de IP, conseguem apurar a localização (neste caso em Portugal) de um internauta que pretende aceder a uma determinada página. Há mais do que uma forma de contornar este filtro – e não faltam utilizadores que recorram a esses expedientes –, mas no final, não restam dúvidas de que o acesso a sites piratas ficou mais dificultado em Portugal.

«Nos últimos dois anos, houve um aumento sucessivo nos ingressos vendidos pelas bilheteiras de cinema. Nas plataformas de vídeo a pedido legais, também se nota um aumento da procura. São sinais animadores que estarão relacionados com a redução da oferta pirata e também com o efeito pedagógico que o bloqueio da pirataria teve na sociedade», refere Paulo Santos, diretor da Associação Portuguesa de Defesa de Obras Audiovisuais (FEVIP).

Nos bilhetes de cinema, o crescimento terá superado os 20% face aos números de há dois anos, refere o responsável da FEVIP estimando que o crescimento das audiências das plataformas de vídeo a pedido possa variar entre 15% e 40%, consoante as marcas em análise. «A economia portuguesa não está assim tão pujante, e por isso não revela um crescimento que seja comparável ao que se registou nos sites legais, depois de começarem a ser aplicados os bloqueios previstos pelo Memorando», acrescenta Paulo Santos.

Nas editoras de música, também há análises positivas quanto aos efeitos gerados pelo Memorando. «Houve um decréscimo do uso de sites produzidos especificamente para o mercado português. O que é benéfico para as plataformas digitais que operavam no nosso mercado e que tinham de enfrentar a concorrência desleal de sites que distribuem pirataria», refere Miguel Lourenço Carretas, diretor-geral da Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos (Audiogest).



MIGUEL LOURENÇO CARRETAS «Houve um decréscimo do uso de sites produzidos especificamente para o mercado português»

Foto DR

A IGAC na imprensa



Além de maior sensibilização do público, Miguel Lourenço Carretas também destaca a mudança de hábitos dos consumidores, que terá sido desencadeada pela expansão do streaming, e pelos novos modelos de negócio que têm vindo a ser seguidos por marcas como Spotify, Tidal, Google Play, ou Apple Music. «Há maior penetração das plataformas digitais (que operam legalmente) no mercado nacional. Estas plataformas vieram criar serviços que, às vezes, não têm custos para o utilizador, porque disponibilizam modalidades suportadas pela publicidade. Além disso, o consumidor não incorre em nenhum risco ou ilegalidade ao usar estes serviços de streaming, que são legais. O bloqueio de sites piratas terá levado muitos consumidores a tentar procurar sites legais. Não há dúvidas de que este mercado cresceu, mas é muito difícil medir o contributo dado pelo bloqueio dos sites», conclui o responsável da Audiogest.

Os maiores piratas Made in Portugal

MaxPT Tejo e MaxPT Sado

Foram os dois maiores servidores de pirataria da década passada. Cresceram em audiência à boleia do aumento de velocidade prometido pelas “antigas” linhas RDIS e distinguiam-se por disseminar cópias de conteúdos que contavam como tráfego proveniente do território nacional, numa altura em que o tráfego internacional era mais caro que o tráfego nacional. Ambos servidores operavam suportados na tecnologia e-Mule. Os peritos da Associação de Defesa de Obras Audiovisuais (FEVIP) acompanharam de perto o caso, mas já não foram a tempo de levar os gestores dos dois servidores a tribunal. As diligências levadas a cabo permitiram apurar que «os domínios estavam registados numa morada de um prédio da Brandoa, Amadora, que nem acesso à Net tinha», recorda Carlos Eugénio, especialista da FEVIP e secretário-geral do Movimento Cívico Antipirataria na Internet MAPiNET). Nos bastidores, há quem admita que os servidores que suportavam o MaxPT Tejo e o MaxPT Sado pudessem estar a operar a partir dos sistemas de um dos operadores de telecomunicações portugueses. Teoria da conspiração ou suspeita fundamentada? A questão final ficará para sempre sem resposta. Os dois servidores desapareceram pouco depois de se iniciarem as primeiras investigações, em 2006.



A IGAC na imprensa



Pirata Tuga

Apesar de tirar partido da vaga de fundo criada pelo fim dos servidores MaxPT, distinguia-se por funcionar como um fórum. Entre 2007 e 2009 terá tido mais de 32,9 milhões de visitas, estimam os representantes dos autores. Um anúncio colocado na Internet desperta atenção dos caçadores de sites piratas: o Pirata Tuga estava à venda. A fim de chegar ao proprietário do site, um dos peritos no combate à pirataria apresenta, com uma identidade falsa, uma proposta de 2000 euros. «Rejeitaram, respondendo que esse era o valor que ganhavam em três meses de funcionamento do site», recorda Carlos Eugénio. O fórum acaba por fechar em 2010, depois de representantes de autores terem notificado um dos principais suspeitos de gestão do endereço. O suspeito terá sido denunciado pelas próprias mãos com a publicação de uma foto na Internet onde figura à frente de um ecrã que mostra o backoffice do Pirata Tuga e ostenta a legenda: «Vamos trabalhar!».



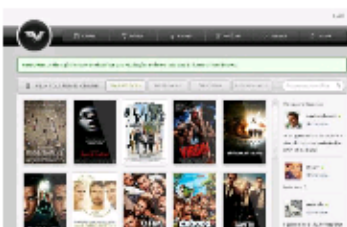
BTuga

É o caso mais paradigmático de site de partilha de ficheiros criado por portugueses. E esse título não se deve apenas ao sucesso alcançado. Em 2007, a casa onde vivia Luís Ferreira, também conhecido no meio como Martini Man, foi alvo de busca da P.J. Era o fim do BTuga, que operava no mercado português desde 2002, mas segundo os detentores dos direitos de autor, terá tido «um crescimento meteórico depois do encerramento dos dois servidores MaxPT». O BTuga exigia a instalação de um downloader, que geria as quotas de conteúdos descarregados e partilhados entre utilizadores, bem como o pagamento de tarifas que aceleravam os downloads. Depois da ação policial, o caso BTuga seguiu para Tribunal. Luís Ferreira não negou a propriedade do endereço, mas alegou em defesa da inocência o facto de apenas usar uma ferramenta tecnológica de partilha de conteúdos, não podendo por isso ser responsabilizado pelo uso dado a essa ferramenta. A juíza que julgou o caso não foi da mesma opinião e aplicou uma pena de prisão suspensa de oito meses, por coautoria na usurpação de direitos de autor. A pena foi convertida em dias de multa, redundando numa coima total de 12.600 euros. A sentença não refere quais os danos patrimoniais causados pelo BTuga, mas refere a existência de 166 mil euros na conta de Luís Ferreira. Quando encerrou, o BTuga teria mais de 70 mil utilizadores registados, estimam os representantes dos direitos de autor. O caso continua nos tribunais, devido aos recursos interpostos por Luís Ferreira.

A IGAC na imprensa



| IP | Net | Out | Nome | Emprego | PA | PA | PA | PA |
|--------------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|
| 192.168.1.1 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.2 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.3 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.4 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.5 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.6 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.7 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.8 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.9 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |
| 192.168.1.10 | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext | BTNext |



BTNext

Surgiu cerca de dois meses depois do encerramento do BTuga. A tecnologia, o modelo de negócio e até a denominação indicavam uma relação direta com o BTuga. E foi com essa ideia em mente que os representantes de produtoras de cinema e editoras de música apresentaram queixa nas autoridades... mas, ao contrário do BTuga, o caso acabou arquivado e sem identificação dos gestores do endereço. Ainda houve quem tenha tentado a sorte com o site BT Revolution, que tinha o mesmo grafismo do BTNext, mas aparentemente não terá sido mais do que uma cópia, gerida por outras pessoas. O BTNext continua a funcionar na atualidade, mas encontra-se bloqueado pelo Memorando contra a pirataria.

Wareztuga

Juntamente com o BTuga, foi o principal estandarte da defesa da livre partilha de conteúdos. Surgiu em 2011, beneficiando diretamente não só do fecho do BTuga, como também da crescente popularidade dos serviços de streaming que, na mesma lógica do YouTube, permitem ver filmes sem fazer downloads. Em 2012, uma queixa interposta pela extinta ACAPOR (que representava os clubes de vídeo) ainda levou ao anúncio de fecho – mas esse encerramento viria a ser breve. Nos anos seguintes, a FEVIP conseguiu remover quase todos os conteúdos nos servidores externos usados pelo Wareztuga por três vezes. Estas ações não tardaram a produzir ecos e demonstrações de apreço de vários utilizadores das redes sociais, que costumavam aceder a este endereço que viria a superar o canal de TV estatal e também os maiores bancos em número de visitas diárias. Ao contrário de outros sites, o Wareztuga orgulhava-se de resistir ao cerco dos direitos de autor – e na porta da FEVIP, em Lisboa, chegou mesmo a ser colocado um cartaz a prometer vida longa para o endereço pirata. Em 2013, a FEVIP e o MAPiNET alegaram ter identificado os gestores do site. As diligências levadas a cabo apontavam para um suspeito que viveria no Norte do País, e que operava com a ajuda de mais três pessoas localizadas noutras regiões. O caso está atualmente em investigação. O Wareztuga encerrou em 2015 reiterando o «orgulho» por ter ajudado a «enriquecer culturalmente os nossos utilizadores» e tendo como «missão permitir que todos os portugueses acedessem de forma rápida, eficaz e gratuita ao maior número de conteúdos possível». As estimativas revelam que o site teria mais de 100 mil visitas diárias.

A IGAC na imprensa



Oxe7

Pode não ter sido o mais emblemático site de pirataria direcionado para o mercado português, mas foi sem dúvida o que protagonizou a "fuga" mais rocambolesca: começou em 2008, como um fórum que tirava partido do legado do Pirata Tuga. O início foi feito com os nomes SectorFile e Downset, que haveriam de ser abandonados, até ser adotada a denominação Oxe7, que viria a ascender, efemeramente, ao topo dos sites piratas mais visionados em Portugal. À medida que os representantes dos autores enviavam notificações, o endereço procedia à migração de servidores e serviços de alojamento. E foi assim que passou pelos EUA, Suécia, Ucrânia, Rússia, tendo terminado nas ... Ilhas Samoa. Neste último paradeiro, já tinha sido rebatizado de Moviesonline. Antes desta última denominação, que continua a operar na atualidade, ainda assumiu, durante uma semana, a denominação de Moovk. A "marca" Oxe7 deixou de ser usada em março de 2013, mas continua a figurar nas sugestões de pesquisas do Google.



Né-Miguelito

Também conhecido como Né & Miguelito, terá provavelmente o nome mais patusco de todos os sites piratas que algumas vez operaram em Portugal. Tem um percurso de altos e baixos: começou em 2006, entrando no mercado como um fórum. Em 2011, sofre uma remoção de conteúdos e fecha "portas" pela primeira vez. No verão de 2014, regressa ao ativo, com nova gerência - mas a ousadia acabaria por ser efêmera. Chegou a ter mais de 900 mil visualizações mensais.